

DISCURSO DE POSSE DO EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO*

BORGES, Fernando da Silva**

Boa noite a todos!

Excelentíssimo Senhor Ministro Renato de Lacerda Paiva, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, que neste ato representa a Presidência do Tribunal Superior do Trabalho;

Excelentíssimo Desembargador João Batista Brito Pereira, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, que nos honra com a sua presença;

Excelentíssimo Senhor James Magno Araújo Farias, Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, na pessoa de quem saúdo todos os Presidentes de Regionais aqui presentes e seus representantes;

Excelentíssimo Senhor Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que também muito nos honra com a sua presença. Saúdo na pessoa de Vossa Excelência todos os magistrados estaduais aqui presentes;

Doutor Marcos da Costa, Presidente da Seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, muita honra em recebê-lo, na pessoa de quem saúdo todos os senhores advogados e advogadas aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Eduardo Luís Amgarten, procurador chefe do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, na pessoa de quem saúdo todos os senhores Procuradores e Membros do Ministério Público presentes;

Excelentíssimo Senhor Henrique Magalhães Teixeira, digno Vice-prefeito de Campinas, na pessoa de quem saúdo todos os integrantes do Poder Executivo presentes nesta solenidade;

Excelentíssimo Senhor Luiz Lauro Filho, Deputado Federal, na pessoa de quem saúdo todos os membros do Legislativo aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Luís Rodrigo Fernandes Braga, Juiz Presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª

*Solenidade de posse da nova Direção, na sede do TRT 15ª Região. Campinas, 9.12.2016.

**Desembargador do Trabalho do TRT da 15ª Região.

Região, a nossa Amatra XV, na pessoa de quem saúdo todos os colegas aqui presentes, magistrados da nossa Região;

Doutor Paulo Vibrio Júnior, Delegado chefe da Polícia Federal em Campinas, na pessoa de quem saúdo todas as autoridades policiais civis aqui presentes;

Também quero saudar os representantes de entidades sindicais;
Caríssimos servidores da Justiça do Trabalho;
Queridos familiares e amigos aqui presentes;
Senhoras e senhores.

Neste ano de 2016, quando este Tribunal completa 30 anos de existência, assumo, com extrema honra, a Presidência desta Corte.

Início agradecendo aos meus ilustres colegas, os Desembargadores e Desembargadoras que compõem este Tribunal, pela confiança em mim depositada ao me elegerem para o exercício desta desafiadora missão.

Tudo farei para bem exercê-la.

A minha vida profissional tem nome e sobrenome: chama-se JUSTIÇA DO TRABALHO.

São 38 anos de atuação ininterrupta, 8 anos como servidor e 30 anos como magistrado, que me trouxeram a exata dimensão da importância deste ramo do Poder Judiciário para a implementação da justiça social no nosso país.

Se aqui cheguei, ao honroso cargo de Presidente do segundo maior Tribunal Trabalhista do país, devo agradecer a todos aqueles que contribuíram decisivamente para isso.

Em primeiro lugar à Providência Divina, por me conceder a bênção da vida, com a saúde, a força e a disposição necessárias para vencer os obstáculos e as dificuldades inerentes à existência de todo ser humano. À minha amada família, o verdadeiro porto seguro da nossa existência; à minha querida esposa Daisy, companheira de todas as horas, pelo amor, pelo apoio, pela compreensão e pelo incentivo permanentes; aos meus filhos queridos, e os nomino por ordem de chegada, Marcus Vinicius, Maria Fernanda e Pedro Henrique, por tantos momentos de alegria e de celebração do amor e do afeto;

À minha querida mãe, cuja condição de saúde a impede de aqui estar presente; aos meus familiares que já deixaram este plano e que tanto apoio me ofereceram;

Agradeço aos meus amigos e colegas de trabalho, desde o período em que atuei como servidor, pela amizade e pela colaboração; aos meus colegas e amigos da magistratura, pelo aprendizado que me proporcionaram, e continuam me proporcionando, ao longo da carreira;

Aos amigos de todas as épocas, muitos aqui presentes para a minha grande alegria, sem os quais a vida perderia muito do seu brilho;

Aos dedicados servidores que me acompanharam em toda a carreira, desde a primeira Instância, e que sempre ofereceram a indispensável estrutura de apoio para o enfrentamento dessa enorme carga de trabalho à qual somos submetidos, e que continua sempre em ascensão.

Enfim, minha eterna gratidão a todos os amigos e companheiros de jornada.

Me dirijo agora aos ilustres Desembargadores que estão concluindo os seus mandatos. A todos eles, peço que me permitam parabenizá-los pela excelente gestão na pessoa do Presidente Lorival Ferreira dos Santos, meu amigo-irmão, cuja amizade remonta a período anterior ao nosso ingresso na magistratura, um Presidente que bem revela o espírito da administração que se despede. Uma administração que demonstrou firmeza e determinação no enfrentamento dos problemas que se apresentaram que, como sabemos, foram inúmeros, especialmente na questão orçamentária, conseguindo atravessar com galhardia as águas turbulentas dessas dificuldades.

O Desembargador Lorival, com sua inegável liderança, também elevou o nome deste Tribunal no cenário nacional ao presidir, com retumbante sucesso, e sou testemunha disso, o Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho de todo o país, como também atuou com muita disposição durante o seu mandato em defesa das minorias e daqueles segmentos mais carentes da sociedade. E ao falar em liderança, lembramos das palavras de William G. Ward, quando afirmou: “Há os que se queixam do vento; há os que esperam que ele mude; há os que procuram ajustar as velas”. O Desembargador Lorival está inserido, sem dúvida, entre aqueles que ajustam as velas, especialmente quando enfrentou fortes tempestades, tanto aquelas no âmbito regional, quanto as ocorridas no cenário nacional, com muita galhardia.

Prezado Lorival, meu eterno reconhecimento pelo seu trabalho como magistrado e como administrador deste tribunal!

Parabéns, meu amigo!

Dirijo-me agora aos meus colegas da nova administração: Helena Rosa Mônaco, Vice-Presidente Administrativa; Edmundo Fraga Lopes, Vice-Presidente Judicial; Samuel Hugo Lima, Corregedor Regional, Susana Santiso, Vice-Corregedora; Manoel Carlos Toledo Filho, Diretor da Escola Judicial; Ana Paula Lockmann, Vice-Diretora; Ana Amarylis de Oliveira Gulla, Ouvidora e Edison Pelegrini, Vice-Ouvidor.

É uma imensa satisfação contar com a colaboração de um grupo de colegas tão competentes e comprometidos com a causa da Justiça, para administrar este Tribunal.

Temos, sem dúvida, um imenso desafio pela frente. Atender a uma demanda crescente de ações, decorrentes dos altíssimos índices

de desemprego, com redução do orçamento e com uma carência enorme de servidores.

Para que tenham uma dimensão dessa carência de recursos humanos, menciono a correição aqui realizada no último mês de setembro pelo ilustre Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Renato de Lacerda Paiva, que muito nos honra com a sua presença nesta solenidade, quando reconheceu e fez consignar em Ata que este Tribunal conta com cerca de 3.900 servidores em suas duas Instâncias, quando necessitaria de pelo menos 6.400 para atender a demanda, ou seja, uma carência de 2.500 servidores. E vejam que não há qualquer perspectiva de criação de cargos no curto prazo!

Como dizem alguns colegas, em tom de brincadeira, estamos a enfrentar uma “tempestade perfeita”. Todavia, jamais devemos esmorecer diante das dificuldades. Ao contrário, os desafios devem servir como estímulos a serem vencidos!

Precisamos, acima de tudo, ser criativos. Investir cada vez mais na gestão da administração pública. Fazer mais com menos!

Continuar investindo em métodos alternativos de solução dos conflitos, como os centros de conciliação, que tanto sucesso alcançaram nesta gestão que se finda. Aqui já bem colocado pelo Desembargador Lorival ao tecer merecidíssimos elogios à Desembargadora Gisela, à Desembargadora Maria Inês e à Juíza Andrea Guelfi pelo trabalho impressionante que fizeram.

A unificação da jurisprudência, que está em franco crescimento, também pode levar à agilização no julgamento dos recursos, podendo ser tomadas decisões no segundo grau de forma monocrática, e assim agilizar a sua solução.

Enfim, devemos ser criativos e ativos para esse enfrentamento.

Como sabemos, a crise afeta quase todos, mas atinge especialmente aqueles que dependem do seu emprego para sobreviver. E temos a missão de dar resposta rápida aos que nos procuram para a solução dos seus conflitos jurídicos.

Contudo, estou certo que todos os colegas da nova administração, comprometidos que são com a causa da Justiça, se dedicarão com muito afinco às suas respectivas áreas de atuação, almejando sempre o melhor atendimento aos nossos jurisdicionados.

Contem com o apoio da Presidência naquilo que for possível realizar.

Desejo pleno sucesso a todos!

Pois bem, meus amigos. Uma solenidade dessa natureza, para além dos necessários e merecidos agradecimentos, suscita algumas reflexões, pois essa é também uma ocasião para, ainda que de forma superficial, avaliar a conjuntura atual, na qual se inserem os Direitos Sociais.

Aqui, em parte, o assunto já foi referido pelo colega Lorival e por outros oradores, mas a situação atual do país e a crise que nos afeta,

e o risco que corremos em determinadas decisões, nós temos que insistir no assunto.

Ocorre que algumas vezes os problemas atuais apenas podem ser devidamente compreendidos focando o olhar no passado.

Vejamos o seguinte trecho de um Editorial publicado na imprensa¹:

[...] Devemos desconfiar destes pseudo-liberais que, tratando de legislar, enxergam sempre nas mais graves questões sociais **somente o lado humanitário**. São comunistas que trazem ao seio da sociedade o veneno fatal das suas ideias.

Hoje, querem esbulhar-nos desta propriedade porque é desumana.

Amanhã, por caridade, nos obrigarão a vestir os proletários.

Depois lembrar-se-ão, por equidade, da distribuição da terra. E, afinal, levarão a nação com a sua mal entendida filantropia à anarquia, à dissolução. (O PAIZ, 1881, p. 82).

Este é um trecho do editorial do jornal **O PAIZ**, publicado em 7 de maio de 1881, um diário fundado na segunda metade do Século XIX, de grande circulação à época no Rio de Janeiro.

E ali a referência é clara.

Trata-se de uma crítica ao movimento abolicionista, uma crítica aguda àqueles que defendiam que o ser humano não podia ser objeto de propriedade. O movimento, como a história nos conta, logrou a eliminação da escravidão alguns anos depois, pelo menos no **plano jurídico**, por intermédio da Lei Imperial n. 3.353, a conhecida **Lei Áurea**, sancionada em 13 de maio de 1888.

Recentemente, guardadas evidentemente as devidas proporções, editoriais e articulistas têm inundado os meios de comunicação com críticas à legislação social do nosso país.

Como diria Mário Quintana, “o passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente”.

Um passado que está presente, porque a **exploração do homem pelo homem**, independentemente da roupagem que se utilize para a **coisificação do ser humano**, ainda permeia o estágio contemporâneo da evolução da humanidade.

¹O PAIZ. Editorial. Citado por PEREIRA, Marcos Aurélio Santos. Os Defensores do Escravismo na Imprensa Ludovicense (1881-1888), **Outros Tempos**, v. 1 esp., 2007, p. 77-97, ISSN 1808-8031. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/362/298>.

E faço essa afirmação baseado em fatos.

Vejam: segundo dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, nos últimos 20 anos foram resgatados aproximadamente 50 mil trabalhadores em situação análoga à de escravos. **Atualmente**, em pleno Século XXI, mais de três milhões e trezentas mil crianças e adolescentes são explorados pelo trabalho infantil em nosso país. O Brasil é o quarto país do mundo em acidentes fatais de trabalho, adicionando, **anualmente**, mais de 700 mil brasileiros e brasileiras a uma triste e vergonhosa legião de mutilados.

Nesse verdadeiro campo de batalha, o Direito do Trabalho e a Justiça do Trabalho têm papéis claros e importantes.

Tanto o Direito, na dimensão jurídica, como o Poder Judiciário Trabalhista, no âmbito jurisdicional, têm a missão constitucional de assegurar ao cidadão os seus **direitos fundamentais**, garantindo a **inclusão social** e a preservação da **dignidade da pessoa humana**.

Mas não é só.

Devem também atuar com respeito à **ordem econômica nacional**, que é fundada na **valorização do trabalho humano**, justamente para propiciar a todos uma **existência digna**, conforme os ditames da **justiça social**.

Isto não é nenhuma novidade. Todos esses Direitos Fundamentais do Cidadão, como sabemos, estão expressos na nossa Constituição Federal.

Portanto, no cumprimento desse papel constitucional, não é surpresa que a Justiça do Trabalho depare-se cotidianamente com “o passado que não reconhece o seu lugar”.

A coisificação do ser humano, lamentavelmente, ainda é defendida por aqueles que cultuam acima de tudo a **monetização da vida, e colocam o seu semelhante em segundo plano**.

Como dizia Keynes, “a verdadeira dificuldade não está em aceitar ideias novas, mas escapar das antigas”.

Assim, não nos enganemos. É essa dificuldade que delinea a estratégia daqueles que agridem a Justiça do Trabalho. Uma estratégia que busca afastá-la do cumprimento do extraordinário papel constitucional que lhe foi confiado.

As ferramentas para minar a efetivação desse papel constitucional são diversas e às vezes perversas. Entre elas, não se pode deixar de lembrar, mais uma vez, o discriminatório e espantoso corte orçamentário sofrido pela Justiça do Trabalho no ano em curso. Um ataque proposital e claramente desproporcional (alcançou 30% nas verbas de custeio e incríveis 90% no investimento). Isso sem computar a inflação do período, que ultrapassou a marca dos 10%.

Todavia, esse ataque não alcançou o objetivo almejado, na medida em que essa investida **não foi exitosa no intento de impedir a regular**

prestação jurisdicional por parte da Justiça do Trabalho. Subestimou-se a **resiliência desse ramo do Poder Judiciário**. Subestimou-se o **comprometimento e a dedicação das pessoas** que integram a nossa instituição. Subestimou-se, enfim, **a vocação, o ideal e a vontade de fazer justiça**.

Nosso regional agrega mais de 400 magistrados e cerca de 3.900 servidores na ativa.

É um Tribunal cuja qualidade das decisões de primeiro e segundo graus extrapola nossas fronteiras, conduzindo, em muitos casos, à consolidação da jurisprudência e até mesmo à alteração legislativa.

Atendemos uma população de mais de 21 milhões de pessoas, espalhadas por 599 municípios do interior paulista, através de 165 unidades jurisdicionais na primeira instância.

Infelizmente essa população é assolada atualmente por uma grave crise, que elevou em mais de 10% o número de ações ajuizadas este ano, em comparação com o ano passado.

Nesse contexto, independentemente das investidas perpetradas para o enfraquecimento da estrutura de atendimento da Justiça do Trabalho, estamos exercendo nossa capacidade de superação para atender os nossos jurisdicionados.

A resposta tem sido contundente. Em 2016, até o mês de outubro, o número de processos **solucionados** aumentou 12,41% em primeira instância e aproximadamente 4% em segunda instância, comparativamente ao mesmo período de 2015.

Há que se reconhecer o esforço hercúleo dos nossos magistrados e servidores no atendimento da prestação jurisdicional, os quais merecem o nosso mais efusivo aplauso.

Aliás, esse trabalho acaba de ser reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça, com a outorga, a este Tribunal no início desta semana, do SELO DIAMANTE, o nível mais alto dessa categoria, que representa o reconhecimento por aquele Conselho pela excelência dos serviços aqui prestados.

Contudo, não é apenas esta Justiça Especializada que tem sido alvo de ataques e de medidas retaliatórias.

Nos últimos dias as reações se intensificaram também contra os membros do Ministério Público e da Magistratura nacional, com a aprovação pela Câmara dos Deputados de uma emenda ao pacote de medidas anticorrupção, que criminaliza atos que visam a apuração de delitos contra a administração pública, e também criminaliza a decisão de um juiz que eventualmente tenha sua sentença reformada em sede recursal.

A manifestação da Ministra Cármen Lúcia, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a respeito desse episódio, bem define a sua finalidade. Afirmou a Ministra:

Criminalizar a jurisdição é fulminar a democracia.

Pergunto: a quem isso interessa?

Não é ao povo, certamente.
Não é aos democratas, por óbvio.
Desconstruir-nos como Poder Judiciário ou como juízes independentes interessa a quem?

E arrematou: “Pode-se tentar calar o juiz, mas nunca se conseguiu, nem se conseguirá, calar a Justiça”.

Isso ficou demonstrado no último domingo com a reação da população, quando em várias capitais e outras grandes cidades do país milhares de pessoas foram às ruas se posicionando firmemente contra a corrupção, **sem cores partidárias, é importante que se diga**, em apoio explícito à apuração de todos os ilícitos e à punição dos culpados pelos órgãos competentes.

São atitudes como essas que nos fazem acreditar em um país mais justo para os nossos descendentes.

Vamos em frente!

Agora, uma palavra aos nossos colegas magistrados.

Contem com a boa vontade da Presidência no esforço de atender as reais necessidades materiais e de recursos humanos que se apresentarem, obviamente na medida das nossas disponibilidades orçamentárias e de pessoal, cujas carências já foram aqui explicitadas.

Estarei sempre pronto ao diálogo. Para tanto, temos uma atuante Associação, a Amatra XV, cuja interlocução com a Presidência será sempre importante para o equacionamento das dificuldades que se apresentarem.

O mesmo deve ocorrer com relação ao Sindicato que representa os nossos valorosos servidores, o Sindiquinze.

É necessário destacar, por oportuno, uma importante característica deste Tribunal.

Aqui existe entre os seus membros uma relação verdadeiramente fraternal, onde prevalece sempre o interesse da Instituição, aliás, como deve ser. E, como sabemos, onde o interesse coletivo se sobrepõe ao interesse individual, as divergências ficam restritas ao campo das ideias, visando sempre a melhor aplicação da lei ao caso concreto.

No tocante às relações institucionais, deve ser destacado o excelente relacionamento deste Tribunal com a Ordem dos Advogados do Brasil, quer no âmbito local, quer no âmbito estadual. O diálogo permanente facilita sobremaneira a boa convivência entre magistrados e advogados, em benefício da prestação jurisdicional e, por consequência, também dos cidadãos que procuram o Judiciário para a solução dos seus conflitos.

Isto igualmente ocorre com o Ministério Público do Trabalho, que no desempenho da sua importante missão constitucional de defender

o cumprimento da lei visando o interesse público, bem como os direitos coletivos, o meio ambiente, o direito de menores e incapazes, tem atuado de forma efetiva no âmbito da 15ª Região.

Importante destacar a existência de uma autêntica parceria institucional do Ministério Público com este Tribunal, que tem produzido excelentes resultados para a coletividade. Cito aqui dois exemplos: o primeiro, a construção de uma unidade aqui em Campinas do Hospital de Câncer de Barretos, além da aquisição de 4 unidades móveis de diagnóstico. Isso foi feito mediante a doação de cerca de 70 milhões de reais, que vão atender diretamente à população mais carente.

Também merece destaque a doação de cerca de 24 milhões de reais à Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus. Interessante que é uma instituição que tem sede no município de Jaci, os amigos de São José do Rio Preto bem conhecem, mas que se espalhou pelo país, tanto é que esta doação foi para a construção de um Barco-Hospital, que irá atender uma população de quase 700 mil pessoas residentes em mais de mil comunidades localizadas nas regiões ribeirinhas da bacia amazônica. Nós não conhecemos a realidade deste país! Quando me foi dito esta quantidade de pessoas, mais de 700 mil, que residem ali em torno da bacia amazônica, que é uma imensidão, e que não têm assistência do Estado na área de saúde, absolutamente nada! Então ficamos muito felizes quando vimos a construção deste Barco-Hospital. Aí aqueles que não integram a Justiça do Trabalho vão perguntar: “De onde saiu este dinheiro?”

Esses investimentos em benefício da população decorrem de valores provenientes de multas e indenizações por danos sociais aplicadas em decisões deste Tribunal, em primeira e segunda instâncias, proferidas em ações civis públicas ajuizadas pelo MPT.

Continuaremos mantendo essa saudável relação entre as Instituições, que resulta sempre em bons resultados para a sociedade.

Agora, ao finalizar, quero agradecer profundamente a presença de todos a esta solenidade, o que muito engrandece o nosso Tribunal; agradecer as palavras elogiosas a mim dirigidas pelos oradores que ocuparam esta tribuna; a especial e emocionante saudação da Desembargadora Gisela aos novos dirigentes desta Corte; aos maravilhosos Corais deste Tribunal e de São José dos Campos, que nos emocionaram com o seu canto, bem como a todos os servidores e colaboradores que participaram da organização desta solenidade.

Encerro com um pequeno texto do grande poeta lusitano Fernando Pessoa, e com ele homenageio meus avós maternos, Ezequiel e Maria Benvinda, também lusitanos, que tanta importância tiveram na minha formação moral.

Aliás, o seu conteúdo também é muito adequado para o momento em que vivemos em nosso país.

Seu título, **Hora da travessia:**

Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares.

É o tempo da travessia.

E se não ousarmos fazê-la, teremos ficado para sempre à margem de nós mesmos.

Muito obrigado!!!